O ENSINO EM DISCURSO FEMININO
O caso singular das regentes escolares

Ana Paula Rias
Universidade Católica Portuguesa, Lisboa

Resumo A profissão de regente escolar é criada em 1931 por um Decreto do governo de Salazar, sendo ministro da Instrução Gustavo Cordeiro Ramos. Ainda que representem um segmento reduzido do cômputo total do professorado do ensino primário, as circunstâncias peculiares em que desempenham a sua actividade — meios sociais de onde provêm, locais onde exercem a sua influência — permitem conhecer dimensões mais recônditas do Portugal salazarista. A partir da análise de documentos da época este artigo pretende desvendar percursos de vida femininos que contribuam para alargar uma visão sobre um passado que nos é comum.

Ao longo do estado Novo, as mulheres desempenham um papel primacial na reprodução das condições sociais de produção e na transmissão dos saberes. São elas que estão mais perto dos filhos, são elas que os acompanham mais directamente ao longo da sua formação, são elas que lhes inculcam os valores e os conhecimentos que, de uma forma mais ou menos intensa, marcarão os seus percursos.

À luz destes pressupostos se compreende a importância de analisarmos o processo educativo, até porque o ensino esteve maioritariamente a cargo das mulheres, pelo menos no período mais vulnerável em que se forma a personalidade.

Desde a creche, a criança é acompanhada por elementos do sexo feminino e tal situação vai continuar quando entra para a escola primária. Aí um mundo novo a espera. As primeiras grandes referências são esboçadas, aprende-se a ler, escrever e contar, bem como todo um conjunto de saberes dificilmente quantificável se sedimenta em espíritos, prontos para absorver informações.

Ao longo deste processo é a presença feminina que se impõe de forma avassaladora. E trata-se de uma omnipresença, porque até no refeitório ou no recreio são empregadas que acompanham as crianças.

O ensino liceal também esteve a cargo das mulheres, foram elas as testemunhas e as responsáveis pela aprendizagem dos seus alunos.

Quando se atinge o nível mais elevado, o universitário, o ambiente já é bem distinto: o corpo docente é esmagadoramente masculino reflectindo o carácter elitista dessa fase de ensino que limita a entrada às professoras, porque as academias estão muito perto do poder e aí se recrutavam os principais dirigentes políticos. Mas nessa fase os jovens já percorreram boa parte do caminho da sociabilização e o número dos que tem acesso a esse grau é tão restrito que se afasta do âmbito do nosso trabalho.

Este incide no campo do ensino primário e no papel desempenhado pelas regentes escolares.

1 As origens de um decreto

Na década de 30, um problema avulta em matéria educativa, o do elevado número de iletrados. O tema mobiliza a opinião pública e preocupa os dirigentes que querem resgatar a imagem de atraso colada a um país que apresenta uma taxa de analfabetismo próxima dos 70%. Salazar reconhece esse magno problema, mas apressa-se a declarar que ele não pode ser resolvido com sacrifício da estabilidade financeira, ou seja, o erário não pode ser sangrado e portanto é preciso recorrer a métodos originais. Neste contexto surgem os postos escolares e com eles as regentes.

O decreto é da autoria de Gustavo Cordeiro Ramos, ministro da Instrução, e um dos mais fiéis apoiantes do Presidente do Conselho. No referido diploma invoca-se o carácter de urgência para recorrer a todos os colaboradores benévolos que queiram dar o seu contributo para debelar esse "cancro social". Confirmando essa leitura, afirma-se que as aulas serão ministradas em quaisquer locais que reúnam um mínimo de condições, ou seja, não vão ser construídos estabelecimentos próprios e o objectivo é tão somente o de transmitir o "ensino da leitura e da escrita nos meios mais recônditos onde a escola elementar ainda não chegou".[1]

Os postos são confiados às regentes escolares, escolhidas pelo próprio ministro, entre pessoas às quais não se pede qualquer habilitação e apenas se exige a "necessária idoneidade moral e intelectual", acautelando, desta forma, a indispensável fidelidade ao regime.

Uma directiva imposta sob a premência da falta de professores em número suficiente e da escassez de recursos financeiros vai transformar-se de transitória em definitiva. Lembremos que os postos sobrevivem à própria ditadura, pois só serão definitivamente extintos em 1980.

Apresentado o quadro em que aparecem estes agentes de ensino, passemos agora à sua caracterização.

2 O perfil das regentes escolares

Formam um corpo composto maioritariamente por mulheres solteiras,[2] oriundas dos meios rurais e provenientes de um sector social que vai dos operários e artífices até aos comerciantes e proprietários agrícolas, passando pelos empregados dos serviços e profissões liberais. Candidatam-se numa expressiva percentagem — 44% — na faixa etária que abrange os 18 aos 22 anos e chegaram a representar 45,6% do professorado primário, em 1955-1956.

Optam por esta profissão porque ela se adequa às suas qualificações profissionais e representa, apesar de tudo, uma certa forma de ascensão social.

Se a maioria refere que a escolha desta carreira não encontrou oposição familiar, também há quem tenha optado sem a sua concordância: "Bem contra a

vontade da família, me vim enterrar na aldeia, deixando os mimos e a ociosidade da vida descuidada da casinha de meu Pai, mas, afora as muitas saudades dos meus, ausentes em África, eu só sou feliz enquanto lecciono e educo".[3]

Que desígnios estranhos teriam levado esta mulher a abandonar paragens tão longínquas, a trocar o bem-estar e o conforto material e afectivo por uma carreira tão pouco atraente? Ela mesma nos responde: "porque não encontro maior encanto do que o de ter à minha volta duas ou três dúzias de garotos".[4]

Possivelmente outras razões teriam influído nesta tomada de uma decisão tão drástica, mas boa parte dos testemunhos que colhemos depõe no mesmo sentido: o gosto pelo ensino, a vocação para trabalhar com as crianças é uma constante apontada para justificar a escolha. Recordam com enorme saudade e carinho os tempos em que se viam rodeadas pelas crianças, evocam episódios que deixaram marcas indeléveis, testemunhando o apreço dos seus discípulos: "Tenho dezenas de alunos formados e alguns continuam a visitar-me. Há poucos dias fui visitada por uma aluna que frequenta o 4.º ano de engenharia e abraçando-me dizia: Minha Senhora, obrigada sempre pela minha boa preparação no Ensino Primário! Nunca a esquecerei".

Há outras que confessam a sua falta de vocação e que assumem ter enveredado por esta profissão como único e último recurso. Sentiam-se pressionadas pelas famílias que dificilmente podiam sustentar todos os seus elementos e, atendendo à sua formação, mais não lhes restava do que ser regente escolar. Mas carregam essa opção como um duro fardo, nunca se conformando. Manifestam uma amargura mal contida pela sua má sorte e não se cansam de invectivar um destino que não foram capazes de contrariar.

3 O quotidiano

Mais elucidativas do que quaisquer estatísticas frias e desumanizadas, que equacionam salários e horários de trabalho, se revelam as descrições do quotidiano dessas mulheres.

Esperavam ansiosamente o alvará que as podia colocar nos lugares mais distantes e inóspitos, deambulavam de posto em posto, sendo, muitas vezes, transferidas a meio do ano, não criavam raízes, não logravam inserir-se na comunidade, eram obrigadas a viver em quartos alugados, ou em casas sem quaisquer condições de conforto. Eram, frequentemente, confrontadas com a oposição dos pais que não viam na escola grande utilidade; eram-lhes conferidas actividades de carácter burocrático, pouco aliciantes e morosas, que se afastavam da prática lectiva propriamente dita.

Bastava qualquer desvio ou um comportamento ligeiramente diferente para serem encaradas com desconfiança; sujeitavam-se a exercer tarefas extracurriculares para compensarem os magros salários e sentiam-se, por certo, confrangidas com o estado de pobreza e miséria revelado pelas crianças.

Quando eram obrigadas a residir longe do local de trabalho, as dificuldades eram acrescidas. Imaginemos as agruras para se deslocarem, sem meios de trans-

porte, calcorreando caminhos de "cabras", quando a madrugada ainda mal despontava, sujeitas ao frio, às intempéries e tantas outras contrariedades.

Transportavam um fardo bem pesado, o da solidão, que sobressaía no seu quotidiano entorpecedor: os dias sucediam-se, inexoravelmente iguais, desenrolando-se numa toada monótona e, particularmente, as noites deviam ser aguardadas com um sentimento misto de angústia e desconforto.

> Há todo um passado que espera por ser desvendado: o que pensariam as regentes, o que sentiriam, quantos anseios terão recalcado, quantas vezes se terão questionado sobre o sentido das suas existências...

É difícil, quase impossível responder com rigor, mas também podemos admitir que a maioria não fosse assaltada por dúvidas angustiantes, nem se deixasse arrastar pelo sonho e, ao invés, levasse uma vida rotineira, igual à da mãe, da avó e das gerações femininas que a haviam precedido.

A transformação das mentalidades é um processo extremamente moroso, em todos os contextos históricos e, particularmente no caso português, por se tratar de um País periférico, arredado das realidades exteriores, fortemente nacionalista, conservador, quase encerrado numa redoma. À luz desta poderosa condicionante se torna plausível o marasmo que a todos parecia contagiar, mas compreende-se que fosse mais fácil a instrumentalização de mulheres impreparadas, sem bagagem cultural, financeiramente muito dependentes.

4 Qual a imagem que as regentes escolares têm de si próprias, da sua função, do seu estatuto social?

Como seria de esperar, não há uma representação unívoca. Detectámos várias disparidades que exprimem as diferenças sociais e culturais deste grupo profissional, mas num ponto se regista convergência absoluta: o seu papel era determinante na luta contra o analfabetismo.

Graças à sua acção se combate o isolamento das aldeias, onde não chega um jornal ou uma revista, e as regentes eram as únicas que se mostravam dispostas a levar a instrução até aos locais mais afastados que doutra forma seriam votados ao ostracismo e ao abandono: "É no Posto Escolar que a criança se vai educar e instruir. O regente deve ensinar a criança a ler, escrever e contar. [...] O Estado Novo criou os Postos Escolares e os regentes para bem de todos. Se assim não fosse muitas crianças ficariam sem aprender".[5]

Estes agentes de ensino também se atribuem um papel muito importante, o de transmitir a ideologia oficial: "Os regentes escolares, pela sua missão ficam em contacto com o povo mais humilde das aldeias. Não chegam lá jornais nem revistas que possam dar informações da vida da Nação. Por isso, [...] a sua palavra será assim um dogma. Estão, pois, destinados a uma missão sagrada. [...]. Serão um grande instrumento de propaganda. Nestas condições deverá o regente aproveitar todas as oportunidades para fazer a propaganda do Estado Novo".[6]

Em matéria salarial também não encontramos consenso. É verdade que muitas se lamentam das fracas gratificações auferidas,[7] porque não chegavam para fazer face às despesas e são especialmente as casadas e as que têm a seu cargo uma numerosa família as que mais fazem ouvir as suas queixas: "Sou uma humilde regente escolar com 27 anos de serviço [...]. Como hei-de enfrentar as enormes despesas que venho fazendo, com o pequeno ordenado do meu marido, tendo nós 4 filhinhos". Muitas são as cartas que chegaram até nós depondo neste sentido. Descrevem-se situações dramáticas, porque algumas são responsáveis pelos pais idosos, doentes, sem trabalho e o dinheiro não cobre as necessidades: "Rogo a V. Exa. se digne mandar fazer [a minha] transferência, para o referido lugar de [...], por ser um acto de justiça, tanto mais que se trata apenas da mudança de local, o que será criteriosamente ponderado por V. Exa., a fim de que a requerente não sofra qualquer prejuízo material, que muito poderia contribuir para agravar a sua já tão triste situação e a dos seus pais cançados e doentes".[8]

Os magros vencimentos também são invocados como signo de inferioridade e desprestígio. As regentes sentem-se desvalorizadas, aos olhos dos seus concidadãos, pela sua situação económica degradante: "com a magra gratificação que usufruímos, sempre em atraso, a nossa vida económica é um caos, um desespero, uma humilhação constante que nos desvaloriza perante a gente [...]. Acresce, ainda que, se entrarmos no dia 6 de Outubro, só recebemos os vencimentos deste referido mês, em meados de Dezembro, portanto durante cinco meses certos temos de viver da caridade alheia, aumentando dívidas, rebaixando uma classe humilde, sim, mas que é honesta e deve ser respeitada pelo seu labor".[9]

Como seria a imagem da regente junto das comunidades em que exerciam a sua actividade?

Compulsámos testemunhos em dois sentidos: há populações que não se cansam de enaltecer o trabalho da regente, estando muito agradecidas porque vêem nele a única hipótese de os seus filhos frequentarem as aulas. Quando as crianças obtêm bons resultados, o seu crédito aumenta e a regente é alvo da consideração e respeito gerais. Encontrámos várias cartas de encarregados de educação pedindo encarecidamente a continuação da regente no posto escolar, logo que é conhecida a notícia da sua substituição, o que prova o alto conceito em que a tinham.[10] Quando as suas tentativas não surtem o efeito desejado, reagem negativamente. Ignoram a nova professora, dificilmente a aceitam e há mesmo casos em que esta se sente tão hostilizada que toma a iniciativa de abandonar o seu local de trabalho.

Em contrapartida também se avolumam as queixas, denunciando a incapacidade da regente no cumprimento das suas funções. Os pais queixam-se por as crianças não aprenderem, por não se verem progressos e temem seriamente pelo desfecho do ano lectivo. Não acalentam qualquer esperança de os exames serem bem sucedidos pelo que pedem insistentemente um outro professor: "Os pais dos alunos com quem troquei impressões pretendem que os filhos recebam um ensino mais actualizado pois alguns deles desejam que os filhos continuem a estudar no ensino secundário ou técnico. Deste desejo nasceu a incompatibilidade com a regente e a vontade de a verem substituída por uma professora.

Disseram que querem uma professora oficial e não uma regente a ensinar os seus filhos".

Estas agentes de ensino estavam investidas de um poder real sobre as populações, pois delas dependia a decisão da passagem ou não de classe dos alunos e também lhes competia a selecção daqueles que eram propostos a exame, o que justificará uma certa atitude de reverência por parte da comunidade.

Actuavam e moviam-se em zonas atrasadas em que o grau de instrução da maioria das pessoas era extremamente reduzido o que contribuía para um certo distanciamento.

Quando as regentes não eram oriundas da localidade onde estava sedeado o posto ainda se acentuava mais este fenómeno e, como eram efectivamente as responsáveis pelo ensino, a sua importância era acrescida. Mas se, em alguns casos, o sentimento geral era de agradecimento, noutros a sua formação era objecto de comentários depreciativos, pela circunstância de apenas possuírem a 4.ª classe. Aceitavam-nas como um mal menor, mas aspiravam à sua substituição por uma professora diplomada. O deputado Alfredo dos Santos Júnior fornece-nos uma curiosa observação nesse sentido: "A presença do professor em certas pequenas aldeias tem um valor social, que é de ponderar. Como que enobrece a terra. A sua substituição por um regente [...] desgosta-a e desvaloriza-a".[11]

5 As provas de admissão

Oiçamos, agora, as regentes através das provas de admissão a que passam a ser sujeitas, a partir de 1935. Estes exames fornecem-nos um leque muito variado de informação e toda ela plena de conteúdo: [12] os ditados revelam-nos o maior ou menor domínio da ortografia, os problemas evidenciam a destreza do raciocínio e as composições dão-nos uma ideia muito aproximada do perfil da regente.

Os títulos das redacções, extremamente sugestivos e subordinados a questões de índole moral e política, revelam, de modo exemplar, o tipo de professor que interessava ao regime: "Salazar vive sacrificado inteiramente a bem da Nação. Como despertar nas crianças a gratidão que a Salazar é devida?", "Sabe que a bondade é qualidade essencial num educador. Como há-de manifestá-la para com os seus alunos?", "Tem-se dito, e com razão, que Portugal não é um País pequeno. Sabe dizer porquê?", "Diga o que entende por caridade e como promovê-la entre os alunos do mesmo Posto Escolar?", "Considera necessária a presença do crucifixo na sua sala de aula? Porquê?"

Através da análise detalhada destas provas colhemos informações de inegável alcance: o grau de conhecimentos e de cultura geral das candidatas, as suas concepções sobre matérias tão variadas como a disciplina, os castigos, a autoridade, as qualidades do professor, a função da escola e do seu responsável, o papel da História, a imagem de Salazar. Da conjugação de todas estas variáveis ficamos com uma ideia bastante nítida da regente escolar.

Passemos, agora, à análise mais detalhada de cada um dos itens. Quanto à autoridade, todas a associam à imagem do professor, sendo mesmo um dos seus

principais atributos. Têm, porém, o cuidado de explicitar que a autoridade emparceira com a bondade; as regras de comportamento têm que ser impostas com rigor, se necessário com alguma severidade, mas sem tergiversar.

A disciplina aparece como uma das estratégias para atingir o bom aproveitamento, mas nunca recorrendo ao castigo físico.

Como o exemplo é considerado um dos principais recursos para o processo de aprendizagem, o professor tem que pautar a sua actuação, em todas as circunstâncias, por esse princípio inquestionável. A força mobilizadora e formadora do exemplo é sobejamente evidenciada: "O professor é um grande exemplar para os seus alunos; em geral, tôdas as criancinhas gostam de imitar o seu educador".[13]

A função da escola é alvo de inúmeras reflexões; espera-se que incuta nos alunos "a obediência, a fé, o respeito pela hierarquia". A escola é comparada "a um segundo lar e o regente a um segundo pai", pois em colaboração com o pároco, seria o maior auxiliar na formação das crianças.

Há quem evidencie fortes sentimentos religiosos e tente instilar nos alunos as suas convicções mais profundas. Ilustram as suas lições morais com "Jesus que também sofreu muito e muito mais do que nós, portanto que tenham fé e esperança porque no céu terão a recompensa das lágrimas que derramarem na terra". Uma visão pouco optimista da vida terrena, talvez de modo a aterrar as crianças e não a cativá-las, como considera ser imprescindível outra candidata: "só com amor, boas palavras, meiguices se conquistam as crianças". Entre as qualidades das futuras regentes destacam-se a boa formação moral e cristã, mas muitas outras são enunciadas: a tolerância, a bondade, a calma, a paciência, o sentido de justiça, a imparcialidade.

Em síntese, a regente era o modelo dos seus pupilos e como tal devia agir.

Qual a ideia que revelam dos seus futuros discípulos? "O rebanhozinho que [lhes] foi confiado para libertar das trevas, dissipadas pelo conhecimento da leitura, escrita, aritmética e catecismo". Sintomaticamente, o verbo mais vezes utilizado para caracterizar a actuação do professor é conduzir, ou um sinónimo, ilustrando o papel da educação, sempre considerada como um meio de alcançar um fim. Nesse processo de aprendizagem, os discentes são encaminhados, numa direcção previamente definida, tendo em consideração que "é nas crianças que está o futuro".

Sublinhemos um outro aspecto, o papel da História. Os adjectivos são profusamente aplicados, as afirmações empolgadas, o tom de exaltação é uma constante. Estas regentes eram portadoras da imagem que o regime sabiamente soubera difundir. Portugal era, por seu pleno mérito, "um País de Heróis, Santos e Sábios".

Sentem-se parte de um povo ímpar, "o primeiro a levar a civilização e a fé aos confins do Universo". O passado está povoado de feitos e nomes gloriosos, sendo os mais citados o Infante D. Henrique, D. Nuno Álvares Pereira, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral. Nesta galeria de heróis avulta o nome de Salazar, porque "não foi só antigamente que houve Portugueses de coragem, de valor e bravura; temos na época actual uma figura distinta que é o Sr. Dr. Oliveira Salazar a quem Portugal deve a sua invejável situação".

Não encontrámos uma única composição, subordinada a um tema histórico, em que o nome de Salazar não seja abundantemente citado. Ao Presidente do

Conselho devem estar os Portugueses eternamente gratos "porque ele salvou a Pátria duma catástrofe irreparável, defendeu Portugal e assegurou a paz nesse terrível conflito que assola a Europa, desde 1939. Todos têm para com ele uma enorme dívida na medida em que levou o bom nome de Portugal ao estrangeiro e caminha agora na vanguarda dos Países mais avançados. Também é ele o responsável pelas finanças ficarem acreditadas perante as outras Nações, como uma das melhores da Europa".

A Salazar também são concedidos todos os créditos pela estabilidade interna e pelos melhoramentos materiais. Oiçamos uma das regentes a este respeito: "Eu, como Regente do Posto Escolar, fazia ver às crianças que a Salazar devemos imensa gratidão. É a ele que se devem todos os melhoramentos. Os caminhos escabrosos foram transformados em boas estradas. As escolas foram aumentadas e reparadas muitas mais. Os portos assoreados de tal forma que era impossível dar abrigo a pequenos barcos, hoje, abrigam os navios de maior tonelagem".

Toda esta notável obra tem como protagonista indiscutível Salazar "que tudo quer e tudo consegue". Em suma, o novo líder "trouxe o progresso e a civilização e o velho Portugal foi transformado em Estado Novo".

6 Os processos disciplinares

Por último, os processos disciplinares. A maioria atinge os professores primários,[14] mas as regentes escolares também caem sob a alçada do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Civis do Estado e do estipulado no decreto n.º 27 279: "É exigido comportamento irrepreensível para o exercício do magistério primário [...]. Será demitido o funcionário pertencente aos serviços do ensino primário que dê escândalo público permanente ou assuma atitude contrária à ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933". [15]

As causas são múltiplas, mas atendendo à incidência das matérias e ao carácter esporádico de que algumas se revestem, podem ser agrupadas em quatro categorias: desempenho das funções, maus tratos aos alunos, conflitualidade entre professores e regentes e comportamento moral.[16]

Sobressai, sob o ponto de vista quantitativo, a categoria intitulada desempenho das funções, mas os processos só muito raramente têm a sua génese num único motivo, resultando de uma multicausalidade. A seguir, apresentamos alguns dos exemplos mais expressivos sobre as vivências e a mentalidade das regentes.

7 Desempenho das funções

Comecemos por referir as acusadas de favoritismo, ao passarem de classe alunos impreparados, mas que as cumulavam de presentes. As acusações vão mais longe, pois levantam-se suspeitas de ter sido facultado o conhecimento prévio das provas de passagem a certos alunos: " [fez] os exercícios de passagem da 2.ª para a 3.ª classe para que os alunos os pudessem copiar".[17]

Também encontrámos processos de corrupção, nomeadamente na traficância dos postos, havendo quem não hesite em recorrer ao dinheiro para ter acesso ao lugar almejado. Outros são relativos ao desvio de fundos destinados às cantinas ou outras verbas escolares. Uma regente é acusada de "haver gasto em seu proveito a quantia de 8$50 que os alunos angariaram para a compra de uma coroa de flores destinada a uma aluna que morrera no Hospital de S. José".

Estas agentes de ensino socorrem-se de outros meios pouco ortodoxos para angariar algum complemento, que suprisse a escassez da gratificação: "vendem alparcatas aos alunos [...] leccionam particularmente alunos do ensino diurno, levando dinheiro". Estas actividades eram rigorosamente proibidas por lei, pois os professores estavam impedidos de vender quaisquer artigos aos discentes, existindo mesmo uma disposição que os inibia de possuírem papelarias ou de se dedicarem ao comércio de livraria.[18] As explicações, ao invés, eram autorizadas desde que os explicandos fossem alunos externos de outras freguesias[19] e o docente tivesse obtido a necessária autorização ministerial.[20] Este último requisito não era por certo cumprido, mas a prática tendia a generalizar-se e com ela se pactuava pois via-se nesse expediente uma forma de aumentar os magros vencimentos, reconhecidos por todos, e mesmo pelo Ministério, como o comprova esta legislação.

Mas no caso vertente, a arguida dava lições particulares aos seus próprios alunos o que não só feria o espírito da lei, como gerava uma situação muito delicada: não ficaria a explicadora dependente e comprometida com aqueles que lhe pagavam?

Quem é que se queixa? Os outros pais que não têm possibilidades de suportar os custos desse auxílio suplementar, pelo que se sentem em desvantagem e temem o favorecimento ilícito daqueles que ajudavam a sustentar a regente.

8 Maus tratos aos alunos

A indignação mais veemente vai, contudo, para o tratamento dado aos alunos: os castigos excessivos, os maus tratos e a linguagem imprópria ocupam páginas e páginas, multiplicando-se os testemunhos.

Pelo seu carácter exemplar seleccionámos o processo de uma regente de cujo rol de acusações constam: insultos aos alunos, faltas injustificadas, não aproveitamento, castigos corporais desmedidos e ter-se dirigido em linguagem desrespeitosa ao delegado escolar. A acusada alega que se encontrava doente e hospitalizada e considera-se vítima de "uma cabala montada por pessoas de humilde condição que se prestam a servir interesses de estranhos, no intuito de conseguir a [sua] saída para a colocação de outrem".

Todas as acusações se comprovam e a regente é condenada a pagar 15 dias do seu vencimento.

Uma outra regente não poupa os alunos em matéria de castigos, infligindo-lhes penas desumanas: "obrigava-os a permanecer longo tempo ajoelhados no sobrado da escola com as mãos debaixo dos joelhos [...] batia-lhes violentamente"

e amedrontava-os exibindo uma navalha, acto acompanhado das seguintes ameaças: "onde não chega a palmatória, chega a navalha espanhola".

9 A conflitualidade entre professoras primárias e regentes escolares

A conflitualidade entre professoras primárias e regentes escolares é outra das provas que recolhemos nestes documentos. Torna-se muito evidente o sentimento de discriminação de que as últimas se sentem alvo: "fui apelidada de reles regente, enquanto ela é a Senhora Professora...". Nesse mesmo processo, a arguida defende-se, afirmando que o delegado escolar e a professora primária se conluiaram para a afastar, porque ela tinha sido testemunha contra o seu superior hierárquico num processo disciplinar, e era devedora da quantia de 548$00 "que não há meio de liquidar". A regente sente-se "o instrumento de uma vindicta". As testemunhas eram "pessoas arrebanhadas no campo estreito de uma aldeia, onde a intriga e certos sentimentos mesquinhos proliferam de forma a que ninguém esteja livre de inimigos e detractores".

A regente que se auto designa como "pobre, humilde, reles" é suspensa do exercício, sem vencimento, por 61 dias, seguindo-se a transferência para outro distrito escolar.

10 Comportamento moral

Passemos agora à última categoria definida, a do comportamento moral. Os processos que integram este item constituem uma fonte preciosa para penetrarmos na esfera da mentalidade, particularmente a do universo rural, tal como se manifestou durante o salazarismo.

A comunidade exercia uma vigilância apertada sobre os professores. Sabia-se com quem falavam, com quem se encontravam, quem eram as suas amizades, como ocupavam o tempo. Os casos mais reprovados são aqueles que se prendem com relações ilegítimas: regentes que vivem maritalmente são prontamente denunciadas em tom muito crítico, invocando-se o mau exemplo que tais condutas representavam para os alunos e para a comunidade em geral.

Citemos algumas das passagens mais expressivas: "A regente mantém relações sexuais com determinado indivíduo" causando, "por essa forma, justificados reparos na opinião pública"; "a regente foi vista de braço dado com um indivíduo"; "o seu comportamento moral compromete grandemente a sua reputação de mulher honesta".

Outra é acusada "de receber homens em sua casa a altas horas da noite", chegando a insinuar-se a conivência do próprio director escolar. Esta última regente começara por ser empregada de limpeza nas escolas da sede do concelho e "a sua fama de destruir lares alheios" acompanha-a desde essa altura.

Alguns dos relatórios são peças notáveis pela profusão de pormenores: descreve-se, minuciosamente, o comportamento dos acusados, indo ao ponto de

precisar o tempo que um professor e uma regente permaneceram, na sala de aula, à porta fechada, e tecem-se várias hipóteses sobre a forma como teriam aproveitado esse tempo.

Num dos processos a regente é acusada de fechar os alunos na escola e ela "própria se fechava no posto com um africanista da sua confiança". O seu comportamento moral desagradava a toda a gente: "frequentava, por vezes, as tabernas bebendo vinho na companhia de homens frequentadores das mesmas" e não hesitava em "mandar os alunos buscar vinho à taberna, durante o tempo das aulas". Também se entregava ao hábito deplorável de fumar.

É significativo que as populações rurais reagissem deste modo, quando adoptavam, entre si, atitudes bem mais complacentes. Fazem "vista grossa" perante todas as ligações não legitimadas pela Igreja, desde que os prevaricadores pertençam ao seu estatuto socioprofissional. Também não temos conhecimento que os casos, sobejamente comentados, daqueles que mantinham amantes fossem objecto de repúdio, e para os homens esta era uma situação tacitamente aceite e até considerada natural.

Talvez a explicação passe pela imagem que se tinha do professor: a sua conduta devia ser irrepreensível a todos os níveis e não se aceitava qualquer desvio face ao padrão de normalidade que para eles estava definido; dois pesos e duas medidas consoante os sujeitos das acções.

Consultámos, igualmente, alguns processos que nos permitem concluir das relações que marcavam a vida conjugal das regentes. As páginas e páginas que percorremos, testemunham a situação de inferioridade da mulher no seio do casal. O marido dirige, controla, decide e não é sequer verosímil que as suas ordens não sejam acatadas. Mesmo tendo um salário e contribuindo para o sustento do lar, a esposa acatava passivamente a autoridade incontestada do cônjuge.

As mulheres não se rebelam, ao invés, estão conformadas com a sua sorte.

Nos processos de natureza moral, a delação assume contornos rocambolescos que nos remetem irresistivelmente para algumas das mais saborosas páginas do *Primo Basílio* e para a sociedade do século XIX: é a criada a delatora, mas é o próprio marido que conta no local de trabalho o ocorrido, e quem dirige a queixa ao director geral é, nada mais nada menos do que o chefe da fábrica.[21]

Neste exemplo paradigmático dos limites a que chegava a intrusão dos poderes públicos na vida dos cidadãos, a regente começa por ser acusada de "ter escrito uma carta dirigida a [...], proprietário de uma livraria, [...] na qual fazia afirmações que denunciavam haver tido com ele relações sexuais. Depois de proibida pelo marido de frequentar aquela livraria, continuou a fazê-lo com grandes permanências. Proibida também de conviver com uma vizinha, de conduta suspeita, não respeitou a proibição, do que resultou ser esbofeteada pelo marido".

A regente responde à nota de culpa e vai-se defendendo das várias acusações: nega peremptoriamente ter redigido a carta, mas não contesta a desobediência ao marido, acto que representa "infracção à lei do matrimónio". Quanto às alegadas relações ilícitas que lhe atribuem, a própria se lhes refere como "relações criminosas" que repudia, porque "nunca faltou aos deveres de fidelidade conjugal".

Admite frequentar a casa de uma vizinha, "contra as ordens do marido", mas "não é verdade que a conduta dessa vizinha mereça suspeitas a quem quer".

Na origem desta "acusação tão grave, tão injuriosa, tão infamante sem factos, sem provas, sem nada a que se possa ater" está "uma calúnia que não merece qualquer consideração".

O marido pretendia defender-se da sua terrível reputação, muito especialmente junto dos seus superiores, que não admitiam qualquer escândalo público a envolver os seus empregados. Ora como se tornaram do conhecimento geral os maus tratos infligidos à mulher, urdiu, de conivência com a criada, toda esta trama: "meu marido, levado por sugestão da criada, que eu desejava despedir, por suspeitar da sua intimidade, agrediu-me várias vezes. [...] O rumor dos maus tratos espalhou-se entre os empregados [...] e podia ter para ele, como empregado da empresa consequências graves. Era preciso justificar essas agressões. O seu espírito pouco culto e os seus inveterados hábitos de alcoólico, sugeriram a ideia do bilhete".

A arguida é absolvida, tendo-lhe sido retiradas todas as acusações de "mau porte", mas ficamos com uma noção muito aproximada do clima vivido, especialmente nos pequenos aglomerados populacionais, onde nada escapa ao olhar atento de quem se compraz em se imiscuir na vida alheia. Os maus tratos, "as bofetadas e as sovas" ilustram o relacionamento de muitos casais em que a mulher é a vítima da brutalidade indiscriminada e dos gostos etílicos do seu cônjuge, aceitando este tratamento passivamente, sem resistências visíveis.

Para terminar, algumas das alegações produzidas pelos regentes provam a sua falta de preparação para o exercício da docência: os erros ortográficos, a deficiente construção das frases, a ausência de pontuação ferem a sensibilidade de qualquer leitor minimamente habilitado.

Que conclusões podemos extrair destes processos que lancem alguma luz sobre a mentalidade que prevalecia nesses anos e, em especial, a mentalidade das regentes que estavam encarregues de ensinar uma parte da população portuguesa?

Primeira ilação: não há resistência, face ao figurino educativo imposto pelo Estado Novo, sobre a ideologia a vincular, pois não deparámos com queixas relativas a essa matéria, ou seja, a comunidade, tão atenta ao mundo que envolve a escola, não denuncia professores por transmitirem ensinamentos "subversivos".

As regentes acatavam submissamente a missão que lhes fora cometida e são veículos transmissores dos princípios que sustentavam o regime: ordem, disciplina, respeito pela hierarquia; absorviam o modelo feminino que era imposto e que devia ser transmitido: a mulher tinha que estar preparada para a sua função futura de mãe, esteio da família e respeitadora do marido, submetendo-se à sua autoridade, que não era alvo de contestação.

Não se rebelam contra as atitudes discriminatórias de que são vítimas: aceitam passivamente salários de miséria, sujeitam-se aos maiores sacrifícios, calcorreando o País para terem acesso a um lugar num posto escolar, sem o mínimo de condições. Ao longo da carreira, são obrigadas a mudar diversas vezes de escola, mas não desistem de concorrer, aceitando as regras dos concursos, sem quaisquer lamentações. A pobreza geral do País, a falta de formação, a situação financeira das regentes justificam a escolha desta carreira com tão poucas compensações.

À luz destas condicionantes, o que se pode esperar que transmitam aos seus alunos?

Antes de mais a passividade; não podem ter noção de uma dinâmica de transformação porque o seu horizonte é fechado, limitado a um mundo estreito, em que a marca dominante é a inércia e o imobilismo. Acrescente-se, em seu abono, que não tinham motivações, nem conhecimentos para fazer melhor.

A maioria dos seus alunos não iria prosseguir estudos, o seu destino estava traçado: seguir as pisadas dos seus progenitores - os rapazes continuariam a cavar, a guardar rebanhos, as raparigas seriam futuras donas de casa - dando continuidade às actividades das gerações anteriores. Para quê, então, ir mais além?

Estas mulheres assumiram como seu o arquétipo que o Estado cuidadosamente para elas estipulou, revelaram-se um instrumento decisivo na transmissão dos valores estadonovistas e cumpriram, afinal, aquilo que delas se esperava.

Notas

1 Decreto n.º 20 604, de 30 de Novembro de 1931.

2 No universo trabalhado a percentagem é de 92%, assim se tornando plausível a feminização do termo.

3 *O Educador*, n.º 930, de 13 de Janeiro de 1951.

4 *Idem, ibidem.*

5 Excerto retirado de uma prova de exame de regentes, em 1939. AHMEN.

6 *Idem.*

7 As regentes começam por ganhar 250$, ou seja, três vezes menos do que os docentes diplomados.

8 Livro 1.º 1. D, *Nomeação de Regentes de Postos Escolares*, Processo 171. In AHMEN. Neste, como em todos os documentos idênticos, optámos por transcrever *ipsis verbis* os textos.

9 *O Educador*, n.º 930, de 13 de Janeiro de 1951.

10 Num dos processos consultados, encontrámos um documento assinado por cerca de 100 pais que reclamam a presença da regente escolar apelidada de "boa professora, muito caritativa e amiga dos alunos".

11 Diário das Sessões, n.º 44, de 25 de Abril de 1958, p. 966.

12 Todas as citações foram retiradas das 158 provas que foram postas à nossa disposição pelo Arquivo Histórico do Ministério da Educação.

13 Provas de Exame de Aptidão dos Regentes Escolares. As citações seguintes reportam-se às mesmas fontes.

14 Veja-se António Nóvoa, "Educação Nacional", in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, pp. 465-466.

15 Artigo 8.º e seu parágrafo único, do decreto n.º 27 279, de 24 de Novembro de 1936.

16 A análise baseou-se nos 80 processos disciplinares instaurados a regentes escolares, entre 1944 e 1957, pertencentes ao Conselho Permanente da Acção Educativa/Junta

Nacional de Educação. Também consultámos mais 27 que constam do Livro 15-B do Arquivo Histórico do MEN.

17 DGEP, Livro 15-D, processo n.º 243. As restantes citações referem-se às fontes identificadas.

18 Decreto n.º 22 369, de 30 de Março de 1933.

19 Circular n.º 44, de 31 de Outubro de 1949.

20 Art. 14.º do Decreto-lei n.º 26 175, de 31 de Dezembro de 1934.

21 A justificação para esta denúncia, algo insólita, pode atribuir-se à circunstância de o posto ter sido instalado por sugestão dos responsáveis da fábrica que patrocinam a sua instalação.

Referências bibliográficas

Adão, Áurea (1984), *O Estatuto Socioprofissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência.

Agenda do Professor Primário e dos Regentes dos Postos Escolares, Lisboa, Livraria Bernardo, s. d.

Aguiar, Alda, Carlos Tomé e Violeta Morais (1984), "A lição de Salazar", in *História*, 73, Lisboa, pp. 3-15.

Carvalho, Rómulo de (1986), *História do Ensino em Portugal: desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Grácio, Rui (1996), *Obra Completa*, vols. I a III, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Martins, C. Alves *et al.* (1963), *Análise Quantitativa da Estrutura Escolar Portuguesa (1950-1959)*, Lisboa, Centro de Estudos de Estatística Económica.

Martins, C. Alves *et al.* (1964), *Evolução da Estrutura Escolar Portuguesa (Metrópole): Previsão para 1975*, Lisboa, Centro de Estudos de Estatística Económica.

Mónica, Maria Filomena (1978), *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, Lda.

Nóvoa, António (1987), *Le Temps des Professeus*, vol. II, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.

Nóvoa, António (1992), "A educação nacional", in *Nova História de Portugal*, vol. XII, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coord. por Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, pp. 455-519.

Nóvoa, António (1993), *A Imprensa de Educação e Ensino*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

AA.VV. (1955), *Portugal, Vinte e Cinco Anos de Administração Pública*, Presidência do Conselho de Ministros Lisboa, PCM.

Rodrigues, Adriano Vasco (s. d), *Pontos Modelos para Exames de Aptidão à Regência dos Postos Escolares, Acompanhados de Elementos de Didáctica Geral e Planos de Lições*, Porto, Porto Editora.

Rosa, Manuel Ferreira (1956), *Indicações Didácticas para Professores Primários e Regentes Escolares*, Lisboa, Livraria Popular Francisco Franco.

Sampaio, José Salvado (1973), *A Evolução do Ensino em Portugal. Metrópole, 1940-1941/ 1966-1967*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Sampaio, José Salvado (1976), *O Ensino Primário*, vols. II, III e IV, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Sampaio, José Salvado (1980), *Portugal: a Educação em Números*, Lisboa, Livros Horizonte,

Simão, João Manuel Formosinho Sanches (1988), *Educating for Passivity: a Study of Portuguese Education (1926-1968)*, Londres, University of London/Institute of Education, Tese de Doutoramento.

Simão, José Veiga (1972), *Uma Revolução Pacífica*, Lisboa, Oficinas Gráficas de Ramos Afonso & Moita.

Sousa, Baltazar Rebelo (1960), *Ensino Primário, Balanço de 1959-1960. Directrizes para 1960-1961*, Lisboa, Escola Portuguesa.

Torres, José de Matos (1961), *Aspectos Quantitativos do Ensino em Portugal*, Lisboa, Gabinete de Investigações Económicas, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.